

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**11ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de abril de 2020. Sessão realizada por meio virtual.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL**

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Marcell dos Animais, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá e Zé Raimundo Lula.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar o segundo turno do Projeto de Lei nº 23.848/2020, da deputada Ivana Bastos e do deputado Fabrício Falcão.

Temos uma ordem de inscritos com os seguintes deputados: deputado Jacó, Marquinho Viana, Marcell Moraes, deputada Ivana, Paulo Rangel, Hilton, deputada Fabíola e deputado Júnior Muniz. Por favor, quem não estiver me avise para nós, obviamente, acrescentarmos.

## ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos colocar logo em votação.

Em votação, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 23.848/2020, de procedência da deputada Ivana Bastos e do deputado Fabrício Falcão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)  
Aprovado por unanimidade.

## **PROJETO DE LEI Nº 23.848/2020**

**Dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras pelas pessoas em circulação externa, bem como em seus locais de trabalho e no trânsito, nos municípios em que estão em vigor os Decretos Legislativos de Reconhecimento de Estado de Calamidade Pública aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, como medida de enfrentamento à propagação e infecção do Coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.**

### **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:**

**Art.1º** - Ficam obrigadas a utilizar máscaras de proteção todas as pessoas em circulação externa nos municípios em que estão em vigor os Decretos Legislativos de Reconhecimento de Estado de Calamidade Pública aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

**Parágrafo único** - A obrigatoriedade do uso de máscara abrange também o local de trabalho e deslocamento em veículo, não se aplicando, neste caso, quando o condutor for o único ocupante do mesmo.

**Art. 2º** - Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços autorizados a funcionar, além de cumprir as determinações legais de fornecer as máscaras aos seus funcionários e colaboradores, deverão, também, somente atender ao cliente que esteja devidamente protegido com o uso de máscara.

**Art. 3º** - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, bem como adotar medidas de incentivo às Prefeituras Municipais voltadas para a sua execução.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2020.

**Deputada Ivana Bastos**

**Deputado Fabrício Falcão**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Tom Araujo. Cadê o deputado Tom Araujo? Deputado Tom! O deputado Tom não... O deputado Roberto Carlos

entrou agora, o deputado Osni também está na área. O deputado Fabrício é o autor do projeto, a deputada Ivana também. Então, eu quero... Deputada Maria del Carmen, V. Ex.<sup>a</sup> está...

A Sr.<sup>a</sup> Maria del Carmen Lula: Estou presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada, V. Ex.<sup>a</sup> pode continuar a sessão, por favor?

A Sr.<sup>a</sup> Maria del Carmen Lula: Posso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu estou passando... O primeiro inscrito, deputada, é o deputado Jacó. A servidora Rita vai passar para V. Ex.<sup>a</sup> a lista de todos os inscritos.

A Sr.<sup>a</sup> Maria del Carmen Lula: O.k.!

(A Sr.<sup>a</sup> Rita Araújo: Vou passar para quem, deputado?)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para a deputada Maria del Carmen.

O primeiro inscrito é o deputado Jacó.

(A Sr.<sup>a</sup> Rita Araújo: O deputado Hilton Coelho é o primeiro.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Desculpe-me, deputada Maria del Carmen, o primeiro inscrito é o deputado Hilton Coelho, depois Jacó.

A Sr.<sup>a</sup> Maria del Carmen Lula: O.k., presidente. Já posso assumir?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pode sim.

(A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria del Carmen Lula assume a presidência da Mesa.)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Quero, primeiro, parabenizá-lo pela condução dos nossos trabalhos. Quero cumprimentar todos os colegas companheiros e companheiras que estão nesta batalha e dizer que continuamos na luta, todos nós. Parabenizo a Ivana Bastos e o deputado Fabrício Falcão pela iniciativa. Acho que é uma iniciativa que estabelece a preocupação da Assembleia e de todos os nossos deputados.

Passo a palavra ao Deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr.<sup>a</sup> Presidenta, demais deputados e deputadas, faço uso da palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, para tratar da situação das assistentes e dos assistentes sociais do estado da Bahia e dos seus diversos municípios. Nós recebemos, como o presidente Nelson observou um documento formal, o Ofício nº 45, do Conselho Regional de Serviço Social da Bahia, tratando de uma situação gravíssima. Ele elenca – vou ler aqui, rapidamente – apenas alguns pontos.

Primeiro, (lê) “a ausência e ou dificuldade de acesso ao uso de equipamentos de proteção individual.” O Conselho chegou a oficiar aos municípios de Candeias e Caculé, mas a impressão que se tem é que a dimensão é muito maior. Inclusive, em relação a outros hospitais municipais e hospitais estaduais também. Há (lê) “a solicitação, por parte dos gestores de hospitais, de realização de visitas domiciliares por assistentes sociais.”

Sr.<sup>a</sup> Presidenta, tivemos – e ainda estamos tendo – um surto de chikungunya, aqui em Itacaranhá. E eu recebi a explicação do secretário de Saúde do município de

Salvador, o deputado licenciado Léo Prates, de que os agentes de saúde não podem mais adentrar as casas em função das orientações da Organização Mundial da Saúde. Isso não está acontecendo em relação a vários profissionais da área da Assistência Social, o que é muito preocupante.

Um segundo elemento: as dúvidas em relação à liberação dos profissionais. Eu mesmo tive acesso a um caso, no Hospital Geral do Estado, de alguém que está com todos os elementos – seja do ponto de vista da idade, seja do ponto de vista das diversas outras comorbidades – enquadrados no grupo de risco, e simplesmente não foi liberada. E me parece que são servidores das OS. Então, é preciso olhar para essa situação.

E, por fim, a questão da vacinação gratuita que, também segundo o conselho, não está acontecendo de maneira integral no estado. Por tudo isso, fizemos uma mensagem para o presidente Nelson Leal, que se comprometeu a tratar da situação da maneira mais ágil possível, da maneira mais célere possível. Porque tudo que se fala hoje, se tratando de coronavírus, muito geralmente, nós estamos tratando de perder ou não vidas.

Então, eu queria fazer esse registro para o conjunto de deputados que têm relação com os municípios, com as regiões, para que estejam atentos a essa situação dos profissionais. Especialmente, dos assistentes e das assistentes sociais que apresentaram um documento nesse sentido, que trago aqui, e que já formalizaram com uma constatação muito evidente.

Trago também a reivindicação dos companheiros do Diretório Municipal do nosso PSOL de Itabuna. Itabuna está numa situação muito difícil, todos nós sabemos. O Sul da Bahia está numa situação difícil e Itabuna, infelizmente, se destaca. De lá, os companheiros trouxeram a proposta de que se instale um sistema eletrônico semelhante ao do Instituto Nacional de Seguridade Social.

O instituto já tem esses elementos técnicos, que podem ser fornecidos tanto aos bancos como às lotéricas, para que se instaure o dia e a hora marcada para o atendimento. Pareceu-me uma proposta muito importante e que deve ser objeto de projeto de indicação. Será do nosso mandato e acho que outros mandatos também poderiam fazer isso.

Por fim, Sr.<sup>a</sup> Presidente, para concluir, nós queremos deixar a nossa profunda indignação em relação à crise política, que se estabelece em paralelo a toda crise da saúde pública, gerada por esse governo.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, é impressionante e nós já cobramos, aqui, nesta tribuna. O governo federal não tinha uma peça publicitária, até esta semana, tratando do problema da Covid-19. Uma peça informativa para a população esse governo desprezível não colocou. E todos nós sabemos o quanto a informação é fundamental em relação ao combate ao coronavírus.

Pois bem, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, esta semana foi ao ar uma peça publicitária do governo, mas apenas de conteúdo autopromocional.

O governo não termina a propaganda nem dizendo “use máscara”, “adote isolamento social”, “proteja-se” ou “proteja as outras pessoas”. Em relação às

medidas que ele tomou, mal e porcamente, estão apenas sendo parcialmente implementadas e nada de conscientização da população. Até quando nós vamos aguentar esse governo, Sr.<sup>a</sup> Presidenta? É impossível!

E agora esta crise relacionada à questão da segurança pública caso de suspeita de corrupção e outros tipos de crime – com possibilidade de assassinato – relacionados ao Ministério da Segurança Pública. E ainda a nomeação do diretor-geral da Polícia Federal, que vai ser o Sr. Alexandre Ramagem, alguém da cozinha do presidente Jair Bolsonaro. Depois das denúncias do ex-ministro Sérgio Moro apontarem, de maneira transparente, com provas irrefutáveis do ponto de vista do seu diálogo, de que o presidente estaria tentando intervir na Polícia Federal em função das investigações criarem determinadas implicações.

O presidente chega a dizer, aliás, em pronunciamento público, em cadeia nacional, que o caso Marielle teria ganhado prioridade em relação ao caso da agressão contra ele. Foi uma observação estapafúrdia, mas que mostra o receio desse presidente em relação ao caso de Marielle Franco. Nós não poderíamos deixar de registrar o nosso protesto e todo o nosso apoio à Bancada nacional do PSOL.

O conjunto de deputados e deputadas deve ter percebido a posição externada pelo companheiro Marcelo Freixo. Nós iremos aos tribunais contra essa nomeação completamente manipulatória, que visa criar uma Polícia Federal absolutamente aparelhada por essa “família”...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: (...) que hoje está à frente da presidência da República.

Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidenta.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Hilton, com relação à questão de Itabuna e à sugestão que V. Ex.<sup>a</sup> fez, acho que pode ser feita uma indicação à Mesa Diretora da Casa, que seria encaminhada para quem é de direito, para que possam tomar as providências que V. Ex.<sup>a</sup> colocou.

Com relação à questão dos assistentes sociais, o presidente já estabeleceu que fará essa interlocução. Com relação aos demais quesitos colocados por V. Ex.<sup>a</sup>, nós concordamos plenamente sobre isso.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Jacó, V. Ex.<sup>a</sup> com a palavra.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Bom dia, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, bom dia ao povo de Salvador, ao povo da Bahia. Eu queria, inicialmente, agradecer e parabenizar o presidente da Casa, Nelson Leal, mas também toda equipe de apoio que está aí ao seu lado, os assessores, o pessoal da *TV ALBA*, todo o nosso respeito.

Eu queria, inicialmente, me solidarizar com os dentistas da Bahia, que estão sofrendo bastante o impacto do coronavírus, com o fechamento dos seus consultórios de atendimento. E queria dizer ao presidente do CRO – Conselho Regional de Odontologia –, o companheiro Marcel Arriaga, que estamos juntos nessa caminhada, que ele tem toda a nossa solidariedade, que o nosso mandato está dialogando com o Conselho para procurar alternativas que visem apoiar essa classe que está tão

impactada com o corona aqui na Bahia. Porque são milhares de dentistas e os seus consultórios estão fechados; milhares de famílias impactadas, e as contas chegam todo dia.

Queria também saudar o Movimento Sem-Teto de Salvador, na figura de Cema Mosil e Jhones Bastos, pela conquista. O Movimento Sem-Teto conquistou um terreno, com o apoio do nosso mandato, onde irão construir a sua sede, fruto de muita luta, de muita determinação.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Quem é?

O Sr. Jacó Lula da Silva: O Movimento Sem-Teto da Bahia, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, na figura de Cema Mosil e Jhones Bastos, conquistou um terreno onde irá construir a sua sede.

Então, parabéns ao movimento; parabéns à luta, estamos juntos nessa caminhada.

Queria também, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, saudar o prefeito Elmo e a Câmara Municipal de Irecê que, na última sexta-feira, aprovaram o Fundo Municipal de Saneamento Básico. Esse fundo vai viabilizar o projeto... foi maior projeto da história de Irecê, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, que é o projeto de saneamento básico da cidade de Irecê. Serão mais de R\$ 100 milhões investidos na cidade de Irecê. Vai gerar renda, vai gerar emprego, vai gerar oportunidades e vai colocar Irecê num patamar de primeira no estado da Bahia de cidades que têm o seu saneamento básico 100%.

Eu queria saudar a câmara municipal, eu queria saudar o Líder do Governo, o vereador Murilo, eu queria saudar os vereadores Leo da Unibel; a vereadora Consuelo e a vereadora Valdereis que, mesmo sendo da oposição, votaram a favor desse projeto, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, entendendo a importância do saneamento básico, entendendo a importância do benefício para o povo de Irecê.

Mas eu não poderia deixar de repudiar a atuação do ex-prefeito desta terra, com a sua turma de vereadores que aposta na política do quanto pior melhor. Uma turma mesquinha, arrogante, autoritária, que não quer o bem de Irecê. Imagine! Votaram contra a criação desse fundo, desse conselho, que vai viabilizar esse projeto de saneamento básico. Então, é uma turma que joga contra a cidade de Irecê, que não quer o benefício, que quer o poder pelo poder e que quer a prefeitura para fazer negócio.

Queria, por último, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, dizer para o povo da Bahia que nada melhor do que um dia atrás do outro. Hein, seu Moro? O herói! O herói! A boiada bolsonarista está desnorreada, Sr.<sup>a</sup> Presidenta. O herói Sérgio Moro, o paladino da moralidade, foi demitido, fez uma delação premiada pública na sua demissão.

Imagine, Sr.<sup>a</sup> Presidenta, o ministro da Justiça pedindo uma boquinha ao presidente, pedindo um por fora: “Me dê uma pensãozinha por fora aí, além do meu salário.” E isso aí é que é o combate à corrupção; isso aí é que moralidade, exemplo de moralidade para o nosso país, essa figura deplorável que destruiu a democracia num projeto pessoal de poder. E, além do mais, estava a serviço do senhor Bolsonaro, protegendo a família dele, prevaricando, porque ele não tomou nenhuma posição. Já que o Sr. Presidente estava querendo interferir, com certeza tentando interferir na



Polícia Federal, pressionando, por que ele não veio a público contar isso? Por que ele segurou por tanto tempo? Ele segurou por conveniência política, por conveniência pessoal...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: (...) e isso é lamentável para o nosso país, o que está acontecendo. E o “gado bolsonarista” está desnortado, porque esse discurso de combate à corrupção é um discurso mentiroso, fajuto. E agora nós temos a Polícia Federal sendo manipulada, vai virar a cozinha do presidente da República. Isso é preocupante porque agora vai proteger os milicianos, vai proteger essa quadrilha que espalha *fake news* e vai perseguir os adversários políticos do presidente aqui no nosso país.

É lamentável! E fica aqui o nosso repúdio a essa posição do presidente da República, o repúdio a esse juiz, a esse ex-juiz que envergonha, que envergonhou o Judiciário brasileiro e que agora está vindo à tona.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Jacó Lula da Silva: E agora aguarde as consequências. Como o presidente Lula falou, o seu dia e sua hora vão chegar, e agora a conta vai chegar. E, se tiver justiça neste país, esse juizinho, esse ministro tem que ir para a cadeia, para pagar os seus crimes contra a nação brasileira.

Era isso, Sr.<sup>a</sup> Presidenta. Muito obrigado pela atenção. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup> pela condução dos trabalhos.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada.

Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Bom dia a todos. Mais uma vez, faço uso aqui da palavra para abordar dois assuntos importantes. O primeiro é o seguinte: Eduardo Salles falou a respeito da calamidade pública dos municípios daqueles prefeitos que não querem ainda apresentar o decreto.

Eu queria dizer – viu, Eduardo? –, tem que ser, tem que convencer os prefeitos de que o Banco do Nordeste está com uma linha de crédito de R\$ 100 mil para custeio e mais R\$ 200 mil para investimento, mas no município tem que estar decretada calamidade pública.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Claro!

O Sr. Marquinho Viana: Com juros de 2,5% ao ano, o início do pagamento a partir de janeiro e o prazo de 24 meses.

Então, isso é importante no momento agora para o comércio, para empresas do município, para melhorar a economia dos municípios – os comércios estão fechados – e ajudar a fazer investimentos ou até pagamento de servidores. Sem falar no outro crédito que é do Banco do Brasil, Caixa e Banco do Nordeste, que é um juro um pouco maior, são juros aí de 5%, mas de empresas, dependendo do valor que foi do ano anterior, do valor que foi vendido, que ele faturou no anterior, de 2019.

Então, eu queria só frisar aqui a importância da calamidade pública decretada no município. Queria dizer também que é claro que em toda profissão tem gente boa

e gente ruim. É claro que os jornais colocaram — e defendido por Zé Raimundo aqui — que alguns prefeitos podem usar isso, a calamidade pública, para se beneficiar e querer só desviar recursos. Pode ter prefeito que vai fazer isso mesmo.

Então, eu queria citar aqui para Rosemberg que a renovação do decreto não basta estar só condicionada a um caso do coronavírus, e sim vinculada às ações que o município vem fazendo no combate ao coronavírus no município. Porque pode ter município que não tem nenhum caso, mas está com as ações, investindo na sua saúde, equipando seus pequenos hospitais, fornecendo cesta básica. Dando a cesta básica aos alunos das escolas municipais e fazendo as demais ações, de reforma de centros de saúde, fazendo às vezes até no distrito, melhorando uma área lá reservada a quem tem caso.

Então, não é só para quem tem um caso, eu queria deixar registrado aí que teria de ser vinculado às ações que os prefeitos e sua equipe vêm fazendo nos municípios.

A outra parte, nobre presidente, eu queria apelar para a Mesa Diretora e para o Líder da Maioria, Rosemberg Pinto, que tem um projeto de lei que está ainda na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, lá com o secretário, o nosso vice-governador João Leão, que cede os terrenos nos centros industriais para que as empresas que queiram espaço para montar suas empresas no centro industrial.

Eu tenho um exemplo. Eu vim procurar duas empresas em Vitória da Conquista. Uma já tem o terreno, mas não tem a documentação, e o outro quer transferir a sua empresa da sede de Vitória da Conquista para o centro industrial, só que o governo ainda não quer colocar em votação, porque acho que querem vender esse terreno. Os municípios e as empresas não têm, nesse momento, condições de comprar esse terreno para construir a empresa. Então eu queria que nesse projeto de lei, que está na mão de João Leão, que já conversou com o governador, com sua equipe, com seu chefe de gabinete Luiz Gugé, que esse projeto de lei tramitasse na Casa, que esse terreno desse um prazo.

Por exemplo, à empresa que fosse cedido o terreno, se em 5 anos não construísse as suas empresas, esse terreno não poderia mais ficar com eles, e também vinculado à quantidade de empregos que seriam gerados com a empresa. Então, eu quero dizer a todos vocês que há empresas em Vitória da Conquista... Vou citar só um exemplo aqui de um amigo nosso que é da Madeireira Castro, que tem fábrica de portas. Ele vai gerar, além do que já tem, eu acho que 20% a 30% a mais de empregos se, se cedesse esse terreno para ele mudar, porque a empresa dele não cabe mais na sede. E além do mais, aproveitando também a calamidade pública, ter financiamentos com juros baixos para que as empresas façam investimentos. É isso que eu queria apelar para a Mesa Diretora para, junto ao governador, pedir uma explicação se é viável, porque o governador ainda não se sentou com o secretário João Leão. Para rever e encaminhar esse projeto de lei para nós votarmos e até poder aperfeiçoar nesta Casa.

E isso vai facilitar muito, numa época ruim que vamos enfrentar aí pela frente. E as empresas não estão ruins só agora não, vai ter dificuldade aí talvez um ano, dois ou três anos para se reerguer. Então é um momento agora dos bancos, principalmente



o Banco do Nordeste, financiar essa construção, como está entrando recurso, e a gente puder, a empresa puder abrir mais vagas de empregos para que as pessoas, realmente, possam criar a sua família com dignidade.

Eu queria agradecer, mais uma vez, o espaço aberto por essa presidência e queria apelar para Rosemberg, para o Líder. Tentei passar uma mensagem para o governador, mas ainda não tive êxito. Vou insistir, mas queria contar com o prestígio da Mesa Diretora, através do Sr. Presidente Nelson Leal e o Líder da Maioria, o deputado Rosemberg Pinto. Obrigado a todos pela tolerância.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Marquinho, eu acredito que V. Ex.<sup>a</sup> poderia encaminhar um pedido de indicação ao governador, fazendo essas ponderações todas que V. Ex.<sup>a</sup> fez nesse momento da sua argumentação. Para o governador e também para o secretário de Desenvolvimento Econômico, o vice-governador João Leão, tratando desse tema. Então a Mesa Diretora, com certeza, acolherá, acredito eu, e com seus pares, a indicação do governador para essa importante ação que V. Ex.<sup>a</sup> está daqui registrando.

Concedo a palavra à deputada Ivana Bastos.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Bom dia, minha cara presidente. Como vai?

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tudo bem, minha querida.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, primeiro, quero agradecer a todos pelo apoio ao nosso projeto que, nesta construção da Casa, acho que foi muito importante a gente dar esse, fazer essa força para a sociedade e mostrar o nosso papel.

A gente tem trabalhado muito. Ontem mesmo, nós tivemos a reunião da Mesa Diretora, reunião extraordinária que começou as 14h30min e terminou quase 6h, quase, 18h, quando discutimos várias indicações dos deputados.

Então, eu quero, aqui, manifestar, aí, a minha gratidão e o meu apoio à Assembleia Legislativa, aos deputados. Agradeço aos relatores, ao deputado Vitor Bonfim, ao deputado Paulo Câmara.

Eu acho que o uso de máscaras é salvar vidas. Eu tenho certeza de que a população baiana vai ter essa consciência. Ontem, eu fui ao supermercado, aqui, em Guanambi, e tinham pessoas... Eu encontrei uma pessoa saindo correndo e me disse assim: “Eu estou indo embora correndo, porque eu estou com vergonha, porque eu estou sem máscara.” Eu acho que é isso sim. Acho que as pessoas, as que não usarem máscaras vão se sentir envergonhadas. Então deve obrigar...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): As pessoas vão preservar não só as suas vidas mas a vida dos demais, não é?

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: A vida dos demais e tudo.

Então, gostaria de agradecer mais uma vez, deixar o meu abraço e dizer que estamos juntos.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu quero parabenizar V.Ex.<sup>a</sup>, deputada Ivana Bastos...

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: E ao deputado Fabrício Falcão, porque sentamos e discutimos esse projeto. Foi assim muito positivo, deputado Fabrício, discutir, trabalhar e assinar esse projeto junto com V. Ex.<sup>a</sup>.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pois é.

Então, portanto, eu queria parabenizar V. Ex.<sup>a</sup>, o deputado Fabrício e os relatores, pois aprimoraram mais ainda o projeto e o transformaram numa peça importante que é o que servirá de orientação e, talvez, de exemplo para vários outros estados e para várias outras Assembleias Legislativas procederem da mesma forma.

Então, parabéns, deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Obrigada.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Queria passar a palavra à deputada Fabíola Mansur.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Bom dia, minha presidenta e deputada Maria del Carmen, colegas.

Quero iniciar parabenizando os deputados e a Casa por esta importante lei do uso obrigatório das máscaras, pois é uma lei que faz salvar vidas, como muito bem disse a deputada Ivana, mas também faz... e demonstra a preocupação da Assembleia Legislativa em ajudar a gente passar por esta maior crise humanitária que, certamente, ainda, vamos ter um pico, infelizmente, ao fim de maio e início de junho.

Mas eu queria pedir à Mesa Diretora, ainda que tenha sido rejeitada a nossa emenda, porque, regimentalmente, apresentamos, nos prazos legais, duas emendas. Eu considero importante constar no relatório dos deputados Paulo Câmara e Vitor Bonfim as emendas que colocaram, inclusive, disciplinando a questão da penalidade, que não foi para uma lei educativa. Mas acho que a sua aplicabilidade, ela teria sido facilitada. Mas é importante constar porque isso é regimental.

Segundo, eu queria me associar às palavras do deputado Jacó em relação a Irecê, ao Fundo Municipal, mas também dizer do esforço do prefeito Elmo Vaz, com a sua equipe de saúde, na construção do Centro de Referência para a Covid, no hospital municipal, com todos os prefeitos.

Tenho certeza de que a região está se precavendo, adotando as medidas preventivas para evitar uma disseminação e tendo o apoio do governo do estado, tendo o apoio da Secretaria da Saúde e, também, do prefeito com a distribuição...

(Interferência na conexão.)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): A voz da deputada Fabíola...

(Interferência na conexão.)

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: (...) e também de distribuir máscara, vão estar doando máscaras...

(Interferência na conexão.)

Voltou a conexão?

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Voltou, voltou.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Bem, eu estava falando de Irecê. Me associo às palavras do deputado Jacó. Quero...

(Interferência na conexão.)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Parou nas máscaras, deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Nós estamos destinando à cidade de Irecê 2.000 máscaras para ajudar, também, nesta que a gente acredita que é uma obrigatoriedade do bem, porque acreditamos, como já foi dito pelo presidente, que se todos estiverem de máscaras, apenas, haverá 1,5% de chance de sermos contaminados.

Quero, aqui, como presidente da Comissão de Cultura, primeiro, agradecer, pois, ontem, tivemos a aprovação de uma indicação de nossa autoria, que indica ao governo do estado a criação de linhas de crédito com taxas reduzidas e prazos alongados para os artistas baianos.

Mas, mais do que isso, eu queria pedir ajuda de Ernani para convocar uma reunião da Comissão de Cultura. Nós recebemos um plano de crise dos artistas baianos, que envolve não só linhas de crédito, como também ações para aliviar os impactos negativos na produção cultural da Bahia.

A Bahia é um estado que tem a cultura como sua mola mestra. E os artistas baianos de vulnerabilidade, não são os artistas, os megas-artistas milionários, mas os artistas que tiveram *shows* cancelados, espetáculos de dança e de teatro cancelados. Temos também artistas de rua, temos as pessoas que fizeram seus *shows*, suas apresentações no Carnaval e estão com seus pagamentos atrasados.

E há um equívoco aqui, me parece, com relação ao que o Ministério Público apontou, que é o cuidado do não gasto de verba com a cultura.

É preciso colocar a cultura no centro também das atividades que são atividades importantes para uma comunidade, para uma população, para um estado como é a Bahia. Artistas são vulneráveis, artistas estão passando fome. Não vejo por que esta Casa não acolher essa categoria, como estão sendo acolhidas outras categorias, pequenas e médias empresas, comerciantes, pessoas que geram emprego. Mas a cultura gera um PIB, gera emprego, e tem artistas...

(Interferência na conexão.)

Eu penso que nós deveríamos, sim, a partir de algumas indicações que foram rejeitadas, com o entendimento que o Ministério Público está proibindo, fazer uma visita ao Ministério Público com alguns representantes de artistas, a exemplo de Lelo Filho, que está encabeçando esse movimento. Foi encaminhado um plano de crise.

Digo isso porque se nós não cuidarmos da cultura, se nós não entendermos que artistas são vulneráveis, e se nós não fizermos programas de transferência de renda – foi agora aceita a categoria para os R\$ 600 – mas se nós não tivermos, na Bahia, algumas ações como editais de emergência, como o adimplemento daquele que está em atraso, linhas de crédito, nós vamos ter artistas passando fome. E isso não pode acontecer em um estado tão cultural, com uma diversidade cultural tão rica como a Bahia.

Portanto, eu peço, aqui, a alguns deputados. Eu estou fazendo nesta sala o que fiz ontem na Mesa Diretora. Mas quero falar de novo para sensibilizar os deputados a respeito dos artistas baianos que precisam ter os impactos aliviados.

Eu quero agradecer à Mesa Diretora por ter aprovado uma indicação.

Mas quero que a Comissão de Cultura, realmente, visite até o Ministério Público para esclarecer isso melhor. Espero que esta Casa possa agilizar outras indicações. Houve algumas indicações da deputada Olívia, do deputado Hilton e minhas que foram rejeitadas também, porque acho que são, extremamente, importantes.

Por fim, deputada, quero parabenizar a indicação do deputado Alex da Piatã, que cria uma pensão para familiares de médicos que estão na linha de frente, médicos ou profissionais da saúde que estão na linha de frente...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Profissionais não só da área de saúde, mas todos aqueles que estariam trabalhando naquele momento.

A Sr.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mansur: Isso. A de Alex da Piatã foi de profissionais de saúde que estão na linha de frente para os seus familiares terem a pensão. Nós fizemos um projeto de lei semelhante. A indicação, creio, foi mais adequada. Quero aqui defender publicamente este projeto.

Parabenizo o deputado Alex da Piatã.

Espero que o nosso governador se sensibilize e possa mandar um projeto de lei para esta Casa aprovar uma pensão para os profissionais que estão não só se infectando, mas, infelizmente, alguns estão morrendo, pois eles se mantêm em seus postos para salvar vidas, que é sua missão precípua.

Quero, por fim, pedir que tramite, também, o nosso projeto que diz respeito à retomada da insalubridade para algumas categorias que perderam isso com a lei em 2015, a exemplo dos agentes de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitária e, recentemente, a pedido dos deputados Fabrício e Prisco, a gente poder tratar disso, também, com os profissionais de segurança.

No mais, é agradecer a possibilidade de estar aqui falando com V. Ex.<sup>a</sup>, dar um grande abraço em nossos colegas e seguirmos trabalhando para salvar vidas e enfrentarmos esta pandemia da Covid-19.

Em breve, estaremos juntos nos abraçando. É a importância da ALBA.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputada Fabíola, ontem, eu fui a relatora da Indicação nº 24.092, do deputado Alex da Piatã. O objetivo do projeto, além de atender aos profissionais da área da saúde, aos servidores da saúde, ele é mais amplo, pois ele trata, também, do serviço de outros profissionais, de serviços essenciais, neste momento, de enfrentamento do coronavírus.

Portanto, ele vai além da... só quero fazer justiça ao projeto do deputado Alex da Piatã, o qual eu aprovei. Fiz um parecer aprovando o projeto. Acho o mesmo extremamente interessante e necessário. Como disse V. Ex.<sup>a</sup> ontem, é para dar um conforto aos profissionais que estão envolvidos. Pelo menos, eles sabem que se algo lhes acontecer, suas famílias serão atendidas.

Eu queria, também, dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, dizer aos baianos e àqueles que estão nos ouvindo, que nós votamos, ao seu lado e ao lado da deputada Olívia, a favor de todos os projetos ligados à área da cultura que foram apresentados.

Digo isso porque, também, consideramos, deputada Fabíola, extremamente, importante, neste momento, buscar caminhos, buscar definições e decisões que possam auxiliar, também, esses profissionais da área da cultura que, normalmente, têm muitas dificuldades para aprovar os seus projetos, para elaborar propostas que sejam aceitas pelo poder público.

Este é um momento de crise efetiva e, por isso, é preciso encontrar caminhos.

Passo a palavra, agora, ao nosso deputado Júnior Muniz, que já está em nossa tela.

O Sr. Júnior Muniz: Sr.<sup>a</sup> Presidenta, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, é um prazer, mais uma vez, estar aqui falando numa sessão remota, nesta sessão tão importante na qual aprovou um projeto belíssimo dos deputados Fabrício Falcão e da minha querida deputada Ivana Bastos.

Mas, minha presidenta, Srs. Deputados, venho, aqui, falar, mais uma vez, sobre um projeto de lei e um projeto de indicação que demos entrada logo no início da pandemia referente às mensalidades escolares. Logo em seguida, ou antes, eu não sei a data, o deputado Alan Sanches também deu entrada. E eu quero parabenizá-lo pelo grande projeto que ele deu entrada no mesmo sentido sobre as mensalidades escolares. E os pais de alunos, os responsáveis financeiros, estudantes da rede particular vem nos cobrado sobre o andamento que foi dado a esse projeto.

Ontem, no estado do Maranhão, foi aprovado pela Assembleia Legislativa esse projeto que determina um desconto de 30% nas mensalidades escolares. Aqui, na Bahia, precisamos ter uma agilidade nesse projeto. Vemos aqui as escolas, por exemplo: o Anchieta está dando de 20 a 30%; o Colégio Anglo-saxônico está dando 15%; o Pan-americano 15%; o Colégio Gurilândia de 5 a 25%; o Colégio Villa de 25 a 35%; o Colégio São Paulo de 25 a 30%; o Colégio Criarte de 25 a 30% nas suas mensalidades.

Nós precisamos regulamentar isso, porque também sabemos que o Procon vai ter vários processos referentes à regulamentação. Os pais de alunos estão sem pagar suas mensalidades; as escolas estão sem receber. Então, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, eu peço a todos os deputados, eu peço à Mesa Diretora desta Casa que aprecie o nosso projeto, que faça essa indicação ao governador, que seja o projeto do deputado Alan, que seja o projeto do deputado Jurailton, os pais estão pedindo socorro! A crise financeira está chegando em cada residência. Os pais estão com os filhos dentro de casa sem poder pagar suas mensalidades!

Então, peço ao presidente desta Casa, presidente Nelson Leal, aos deputados da Mesa, aos nossos deputados das comissões que possamos agilizar, pois o povo, a população pede socorro nesse sentido. Os pais estão dentro de casa sem gerar recursos, muitos estão sem receber recursos, muitos são autônomos e estão sem trabalhar e precisam pagar a mensalidade dos colégios de seus filhos.

Então, eu peço à presidente, o meu pedido, a minha fala é nesse sentido, para que possamos agilizar os projetos de lei ou indicação para o governador do estado, pedir ao nosso Líder, Rosenberg, ao Líder da Minoria, Sandro Régis, para fazer um trabalho para que possamos aprovar esse projeto.

Tenho certeza, Sr.<sup>a</sup> Presidente, que a senhora tem filhos ou netos, filhos na faculdade ou netos estudando, não sei, mas tem, todos os deputados têm filhos aqui e ou netos estudantes. Então, eu peço uma agilidade. Nós temos certa condição de pagar, mas existem pais que não têm. Hoje eu faço parte de alguns grupos, eu tenho três filhos estudando, um na universidade e dois outros estudantes, eu sei que os pais, nos grupos ficam me pedindo: “Deputado, qual a ação que vocês estão tomando? Nós estamos sem poder pagar!”; “Eu suspendo a minha mensalidade? O que é que eu faço?” E a gente diz: não, continue pagando. Mas nós precisamos tomar uma atitude. Até os próprios colégios, os responsáveis, os donos de colégios, os empresários, donos de faculdade já têm me ligado: “deputado, tome alguma atitude, isso é importante até para que possamos receber as mensalidades, mesmo que o aluno não esteja aqui, está estudando à distância, nós estamos fazendo videoconferência, mas a gente precisa receber”.

As faculdades também vão passar por uma crise financeira, vai ter uma evasão escolar muito grande nesse período, após a pandemia. Após a pandemia, a evasão nas universidades vai ser muito grande, porque os alunos estão perdendo os seus empregos, os que estão na universidade, e vão ficar sem pagar.

Então, eu peço a Sr.<sup>a</sup> Presidente, aos Srs. Deputados que façam uma frente para que possamos aprovar o projeto do desconto de 30% nas mensalidades escolares, que seja o projeto do deputado Júnior Muniz, do nosso mandato, que seja o projeto do deputado Alan Sanches, que seja o projeto do deputado Jurailton, não importa! O importante é a população baiana ser atendida, deputada!

Então, eu peço, encarecidamente, que leve esse projeto para a Mesa, que a Mesa aprecie e que seja aprovado o mais rápido possível, porque os pais de alunos, os responsáveis financeiros precisam que isso seja aprovado. Um abraço.

Quero parabenizar o presidente da Casa, os deputados que estão assíduos e votando cada projeto que chega. Parabenizar, mais uma vez, a deputada Ivana Bastos, o deputado Fabrício Falcão e todos os deputados que aprovaram o projeto do uso das máscaras.

Olhem aqui, eu ando com as minhas duas máscaras aqui, deputada. Olhe, deputada, são duas, boto duas aqui, e ando com outra na mão.

(O Sr. Deputado Júnior Muniz mostra a máscara que está na mão.)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Duas? Eu não estou vendo.

(O Sr. Deputado Júnior Muniz mostra novamente a máscara que está na mão.)

O Sr. Júnior Muniz: Aqui, duas máscaras, e ainda ando com outra na mão. O cara chegou, a pessoa chegou: “Quero falar com o Sr, Deputado”. Está sem máscara? Eu dou a máscara. Tome a sua máscara. Bote a máscara e a gente vai conversar com um distanciamento, uma distância de 2 metros.



Um abraço a todos vocês, que Deus nos abençoe. E parabéns a esta Casa que com esses projetos aprovados trabalha em prol do povo e da população baiana. Que Deus nos abençoe e que todos possamos sair dessa crise mais fortes do que nunca. Um abraço!

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Um abraço, deputado Júnior Muniz. Eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, me parece, são três projetos que tramitam sobre a mesma questão. Talvez esses três devessem ser apensados, para que pudessem ser trabalhados. Eu fiz, inclusive, emendas a esse projeto, fiz propostas de emendas, o nosso mandato fez proposta de emenda.

Creio que ele precisa de alguns esclarecimentos, porque V. Ex.<sup>a</sup>, quando se referiu às escolas, a maioria das escolas são escolas de grande porte.

O Sr. Júnior Muniz: Isso. Inclusive, deputada...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Então, acho que merece, realmente, um debate, uma discussão mais profunda.

O Sr. Júnior Muniz: Mais profunda. Foi aprovado...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Levarei ao presidente da Casa, a observação que V. Ex.<sup>a</sup> fez, a cobrança que fez, de público, solicitando o encaminhamento, o debate, a discussão sobre esse projeto.

O Sr. Júnior Muniz: (...) Inclusive, foi aprovado, ontem, no Maranhão, e as escolas estão, cada uma tomando a sua atitude. Uma dá 10%, outra dá 20, outra dá 15, outra dá 30, 35. Nós precisamos regulamentar.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Acho que deve esclarecer, definir, inclusive, critérios, faixas, não dá para uma escola top ter o mesmo desconto, dar o mesmo desconto de uma escola de bairro que não tem condições.

O Sr. Júnior Muniz: Isso, de bairro. E que isso...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): E há preocupação também com os trabalhadores. Os trabalhadores da educação, os trabalhadores de apoio, para não demitir gente, não é?

O Sr. Júnior Muniz: (...) E que isso não vá impactar no salário dos professores. E não demitir gente.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pois é.

O Sr. Júnior Muniz: Não pode ser impactado. E as escolas querem receber. É importante as escolas receberem. Algumas já dão até o desconto de 10% como pagamento da mensalidade no dia fixado, na data específica. Já dão até esse desconto. Então, o que a gente precisa? Regulamentar. Nesse caso, nós estamos passando por uma pandemia.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Agora, deputado, tem uma discussão também, já vi uma observação sobre isso, sobre se nós teríamos condições de legislar sobre esse tema.

O Sr. Júnior Muniz: Temos sim e...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Talvez seja uma coisa de caráter nacional. A Sr.<sup>a</sup> deputada Fabíola aí, que é presidente da Comissão de Educação, talvez, para analisar.

O Sr. Júnior Muniz: (...) e inclusive já foi votado...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Mas, eu levarei o problema para o presidente da Casa.

O Sr. Júnior Muniz: (...) já foi votado em três ou quatro estados e já está em vigor no estado do Rio de Janeiro e no estado do Ceará. No estado do Maranhão aprovaram ontem.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Bom. Eu passo a palavra ao deputado Eduardo Alencar.

O Sr. Eduardo Alencar: Bom dia, presidente, bom dia, meus queridos deputados, é um prazer muito grande estar aqui, mais uma vez, com todos vocês.

Mas o que me leva a fazer esse pronunciamento é em relação ao que Marquinho Viana falou há pouco tempo, de uma lei que o governo do estado tem que mandar para a nossa Casa, para regularizar a situação dos terrenos que as empresas pretendem adquirir para instalar suas empresas. É um projeto importante, as empresas estão paradas, procurando esse terreno para ser instaladas, e não estão conseguindo. Tem que ter um projeto que dê segurança, estabilidade e confiança aos empresários para virem para a Bahia num momento tão importante como esse, em que existe um número de desempregados muito grande, pessoas passando fome, necessidade. E instalar uma empresa é muito importante para todos nós.

Então, eu peço ao governador, a esta Casa que interfira junto ao governo do estado para que ele encaminhe para a Assembleia esse projeto o mais breve possível, para nós podermos aprovar e regularizar a situação fundiária principalmente do Centro Industrial de Aratu, que hoje está completamente com as mãos atadas, sem poder contratar nenhuma empresa, nem adquirir uma empresa para ser instalada no estado da Bahia.

Quero parabenizar minha colega Ivana Bastos, Fabrício, pelo projeto, concordo plenamente. Só não concordo, deputado, é com a emenda que a minha colega Fabíola fez de punir as pessoas. Mesmo porque, quando se fala em punição, multa, o povo brasileiro já não aguenta mais penalidade. O que nós temos que fazer é a conscientização dos prefeitos, vereadores, nós deputados estadual e federal, e o povo de um modo geral para que ele entenda que o isolamento social é muito importante e o uso das máscaras é tão importante para nós podermos sair nas ruas e podermos voltar à nossa vida normal.

O projeto do nosso deputado Alex da Piatã, eu concordo plenamente com a ideia dele. Acho que a área da saúde, os médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, toda a pessoa que trabalha na área da saúde, necessita desse apoio, porque é gente que está na linha de frente, recebendo os pacientes que tanto precisam do nosso apoio nesse momento. Eu, como médico, não poderia ficar de fora e deixar de dar esse apoio ao deputado Alex da Piatã porque sei da importância da área da

saúde. V. Ex.<sup>a</sup> foi feliz nesse projeto, tenha certeza de que terá o apoio de todos nós deputados.

Eu acho tão importante hoje, minha querida presidente Maria del Carmen, que todos os governadores de estado, o presidente da República, prefeitos olhem para o social. Eu tenho andado, mesmo nesse momento, tenho andado e visitado alguns municípios e lá o que se encontra, a solicitação que existe hoje é a cesta básica. As pessoas estão passando fome, passando necessidade, estão passando momentos difíceis na vida de cada um deles. Principalmente aquelas pessoas que trabalham no dia a dia, os ambulantes, aquelas pessoas que vão à rua todos os dias buscar o recurso para trazer o seu sustento para dentro de casa, estão com muitas dificuldades.

Eu acho que os governantes têm que investir hoje na área social, atendendo as pessoas que tanto estão precisando de todos nós nesse momento. É um pedido que faço a esta Casa, que encaminhe aos prefeitos, que reivindiquem a cada prefeito dos municípios que representam, que ele invista nessa área social, vamos esquecer a outra parte de infraestrutura nesse momento, dar uma parada na infraestrutura e vamos partir para fazer investimento social. As pessoas estão sofrendo e muito e muito, muito.

Quanto ao projeto de Júnior Muniz, eu estou de pleno acordo, Júnior, porque acho que o valor que as escolas vinham cobrando era um valor muito alto. Muitas pessoas, muitos pais de família não estão conseguindo...

(Interferência na conexão.)

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Estão me ouvindo? Eu não estou ouvindo.

Sou eu, deputada?

O Sr. Eduardo Alencar: Então, temos concentrar todos os nossos esforços para que o Brasil, o mundo, saia dessa crise e voltemos a ter a normalidade.

Eu tenho um projeto, o qual dei entrada nesta Casa na semana passada. É um projeto que pede a prorrogação dos empréstimos consignados – as pessoas, hoje... muitos estão empregados, mas com redução de salários, outros sem trabalhar, muitas pessoas vão perder o emprego logo em seguida –, uma dilatação do prazo, uma prorrogação do prazo dos empréstimos consignados até o momento em que as pessoas voltem à normalidade, consigam estabilizar a vida normal e voltar a trabalhar plenamente durante o seu dia a dia.

Então, era isso que eu queria falar, minha querida presidente, dizer que a Assembleia Legislativa está de parabéns por essa iniciativa, está dando demonstração de união entre o governo estadual, o governo municipal de Salvador e todos os prefeitos de um modo geral. Hoje, nós temos que pensar na vida humana.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Fabrício!

O Sr. Eduardo Alencar: Nós temos que pensar, hoje...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Eduardo Alencar: Eu vou concluir, deputada.

Então, agradeço a todos vocês. Fica um abraço e vamos trabalhar para que essa crise passe logo, o mais rapidamente possível. (Pausa)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ativem o meu som. Me ouviram?

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Não.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O deputado Fabrício já estava inscrito.

Obrigado, deputado Eduardo Alencar pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra para o deputado Fabrício, que teria que se deslocar.

Depois, V. Ex.<sup>a</sup> é a próxima.

O Sr. Fabrício Falcão: Nobre presidenta, muito obrigado por me deixar usar a fala novamente.

Assim, eu tenho várias preocupações. Uma delas é essa questão alimentar, da compra de produtos da agricultura familiar para podermos destinar às pessoas mais carentes. O número de pessoas em situação de indigência na Bahia aumentou e muito. Então, temos que partir, agora, para a questão da segurança alimentar, que eu acho que deve ser via compra de alimentos da agricultura familiar, aliado com os grandes supermercados em todos os municípios da Bahia. Esse é um fato importante.

A outra coisa, eu acho que a seguridade de se travar o pagamento dos consignados agora, como o deputado, como o nobre colega Eduardo Alencar falou, acho que é importante. Pelo menos o dos servidores do estado nós podemos legislar sobre isso. Nesse caso, o governador pode fazer isso pelo prazo de 3 meses.

Agora, uma coisa com a qual eu estou muito preocupado é que houve a indicação de um colega que queria obrigar que todas as escolas privadas isentassem 100% das mensalidades durante a pandemia. Ou seja,...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É possível.

O Sr. Fabrício Falcão: (...) nenhum cidadão pagar.

Esse projeto, essa indicação caiu na minha mão como relator. Eu a reprovei porque como é que uma escola privada vai deixar de receber a mensalidade? Como ela vai pagar aos funcionários? Em média, 80% do custo de uma escola é com profissionais: educadores, auxiliares, limpeza. Então, é grave.

Essa coisa da linearidade, de darmos 30% de desconto em todas as escolas e faculdades, eu sou contra! Eu acho que tem que ter... O Ministério Público até está chamando as escolas para que conversem com cada pai, cada mãe caso a caso porque...

Eu vou falar aqui para a Sr.<sup>a</sup> Presidenta e para o nobre colega Júnior, eu não aceitaria, hoje, receber esse desconto. É imoral o deputado Fabrício... Eu tenho uma enteada, tenho dois filhos em escola particular, eu não tive perda de rendimento, eu não fiquei desempregado. Eu acho que um deputado que está empregado não pode querer buscar isso, eu acho que um servidor público que não teve diminuição de seu salário, que tem estabilidade do emprego não deve ter esse desconto. Agora, o cidadão que perdeu o emprego, a escola deve dar um desconto.

Eu tenho um caso até próximo a mim...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Renegociar a dívida.

O Sr. Fabrício Falcão: (...) de duas pessoas: o pai perdeu o emprego, a mãe também. Acho que nesse caso poderia ter um desconto até maior do que 30%, de 50%, de 60%, mas eu acho que negociado caso a caso.

Acho que o filho de um promotor, de um juiz, de um desembargador, de um deputado, de um servidor público que não perdeu o seu salário, esse não deve ter desconto.

Nós temos um grupo social que essa crise não está pegando, são as pessoas que têm estabilidade de emprego. Então, a linearidade de dar 30% para qualquer um, eu acho imoral, porque eu acho que não tenho esse direito de receber esse desconto, porque minha renda mensal não caiu! A minha não caiu, a de nenhum colega caiu. Nenhum membro do Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e de outros poderes em nível municipal, estadual e federal perdeu.

Então, esse debate deve ser feito calculadamente, porque nós podemos com isso, em vez de ajudar, aumentar o desemprego nas escolas, que vão ter que demitir professores, vão ter que demitir funcionários, e criar uma desestruturação da rede de ensino privada da Bahia.

Estou dizendo que sou a favor de que a escola ou a faculdade converse caso a caso para ajudar aqueles que mais precisam.

Eu não preciso desse desconto, então não deve ser dado a todos, não, porque nós estamos, neste momento, com muita razoabilidade, nós estamos bem, não perdemos emprego, não perdemos renda. Agora, o empresário que está sob quarentena com a sua loja fechada, esse deve ter um acordo com a escola de diminuir o pagamento, de não pagar juros do atraso.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O interesse também é da escola, não é?

O Sr. Fabrício Falcão: Exatamente.

Então, eu acho que deve ser caso a caso.

A minha preocupação é a gente não fazer isso de forma desordenada, sem saber o impacto que pode causar. E eu não quero gerar mais desemprego. Acho que deve ser cada caso discutido, quem está desempregado deve ter desconto, quem perdeu seu emprego deve discutir um desconto. Agora, Fabrício que não perdeu o seu emprego... eu sou concursado como professor, estou na função de parlamentar, não tive perda de renda.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Fabrício Falcão: Eu não estou condicionado a ter esse desconto.

E, para finalizar – obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> –, quero dizer que a questão alimentar, de compra de produtos da agricultura familiar para distribuir às pessoas mais carentes em todos os municípios é urgente, é necessária, mesmo sabendo do custo disso.

Um forte abraço e obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidenta.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Fabrício, primeiro, parabenizar V. Ex.<sup>a</sup>, juntamente com a deputada Ivana, o que já fiz, pelo projeto que aqui, hoje, foi aprovado, da utilização das máscaras.

O Sr. Fabrício Falcão: Obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Mas dizer que ontem nós aprovamos na Mesa Diretora, durante a reunião da Mesa Diretora, uma indicação, me parece que da deputada Neusa Cadore, sobre a aquisição de alimentos, algo como o PAA, como um programa semelhante a esse.

Eu acho que esse é um projeto importante, é um projeto de indicação que deveria ser, obviamente, de origem da deputada, mas que a Casa toda, com certeza, se coloca em apoio a esse projeto tão importante para um lado, o lado daqueles que vão receber, mas também para aqueles que estarão entregando seus produtos com a certeza de que serão remunerados adequadamente.

Concedo a palavra à deputada Olívia Santana.

Nós ainda temos inscritos Tiago Correia, José de Arimateia e a deputada Neusa Cadore.

Deputada Olívia Santana.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Sr.<sup>a</sup> Presidente, bom dia.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Bom dia.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Quero saudar a todas e todos os colegas, saudar o deputado Fabrício e a deputada Ivana pela iniciativa do projeto que universaliza o uso das máscaras, e dizer, presidenta, que o que me traz a esta tribuna virtual são alguns assuntos que considero muito importantes.

Primeiro, aqui, registrar que o ministro Celso de Mello abriu, estabeleceu inquérito para a apuração das denúncias, porque foi, de fato, uma delação premiada feita pelo ministro Sérgio Moro e que precisa, mesmo, ser apurada. Eu acho muito importante essa mobilização que está havendo para investigar aquilo de que muitos já sabiam e foram coniventes até aqui.

O próprio ministro Sérgio Moro só fez essas denúncias no momento em que viu seus interesses contrariados. Mas antes tarde do que nunca!

É fundamental que sejam apuradas essas arbitrariedades, esse absurdo que é o gabinete do ódio movido pelos filhos do presidente. Esse gabinete do ódio já existia desde a eleição. A eleição no Brasil foi maculada por uma chuva de *fake news*, milhões de notícias falsas, e isso foi tolerado, isso foi tolerado. E o presidente fez disso um mecanismo de governar.

E, agora, nós estamos vendo aí as consequências dessa indústria de *fake news*, de mentiras a serviço da manutenção do poder a qualquer preço.

Então, fica, aqui, esse registro.

O segundo, é a necessidade da garantia imediata do pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial. As pessoas estão famintas, estão passando necessidade! O isolamento social é fundamental, mas é preciso haver o pagamento. As pessoas têm que ter o auxílio, aquela pequena receita para garantir a sua permanência dentro do seu lar, com a sua despensa abastecida, com alimentação adequada minimamente para poder sustentar este momento difícil.



Então, o auxílio emergencial é um direito. A Caixa Econômica tem que pagar urgentemente, porque é muito cínico da parte do presidente dizer que não tem dinheiro para botar na mão do povo. Agora, teve 1 trilhão e 200 bilhões para botar na mão dos banqueiros.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): As empresas de Petróleo.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Portanto, tem de pagar, sim, porque o nosso povo não pode ficar amargando filas quilométricas. As despesas, as contas chegando e o pobre sem poder resolver esses problemas.

É um absurdo a equipe do presidente da República dizer que ficou surpresa ao constatar que há 46 milhões de brasileiros invisíveis – considerados invisíveis –, porque não têm CPF nem conta bancária. Eles não sabiam disso?

Esses brasileiros – quase um quarto da população – são invisíveis para aqueles que insistem em não enxergar a miséria, a pobreza que existe neste país. Uma maioria preta e pobre, mas há branco pobre também nessa população desassistida, que precisa ser atendida por políticas sociais.

Eu vivi para ver Paulo Guedes elogiando – está gravado – o Bolsa Família e outros programas sociais instituídos no governo Lula. Ele, que é o pai do Estado mínimo, draconiano, que acha que o Estado tem de estar a serviço da acumulação da riqueza e não a serviço de garantir o equilíbrio mínimo que a sociedade precisa ter, provendo-a com políticas sociais.

Por fim, presidenta, eu quero aqui destacar e fazer coro com a fala da deputada Fabíola Mansur, porque nós precisamos entender – respeito muito o nosso Ministério Público do Estado da Bahia – que é preciso ter cuidado no trato da cultura. A cultura não é um adorno, a cultura não é uma coisa supérflua.

As pessoas vivem e sustentam as suas famílias a partir do seu trabalho; e a cultura é um trabalho, a arte é um trabalho. Essas pessoas, a cadeia produtiva da cultura, precisam, sim, que sejam injetados recursos para a sobrevivência de quem vive daquilo.

E a gente não está falando de artistas famosos, já que esses vão viver muito bem com crise ou sem crise. Estamos falando do pequeno, do médio, das pessoas que vivem daquele trabalho mensalmente, igual à gente. Cada um deles, no seu quadrado, precisa viver do fruto do seu trabalho.

Por isso, ontem, eu conversei com a secretária Arany Santana, que me deu informações que considero importantes. A partir das indicações que nós fizemos, busquei dialogar e fazer essa pactuação com ela. Entendemos que o governo está vivendo um momento, de fato, gravíssimo, pois não tem dinheiro, não tem recurso, e tem de investir no enfrentamento da pandemia e no pagamento da folha. Hoje, o governador Rui Costa é desafiado a garantir isto: pagamento de folha e enfrentamento da pandemia...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com certeza.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Mas a secretária disse-me que já vai iniciar o pagamento do Edital Setorial de Cultura, que envolve cerca de 15 milhões para as diversas

linguagens. Esse edital – que já tinha sido realizado, mas agora foi publicado o resultado – vai pagar cerca de 70% desses recursos com a orientação para os produtores e os artistas reformatarem as suas propostas, entendendo o momento que nós estamos vivendo.

E faço um apelo a esta Assembleia. Já fizemos a indicação, deputada Maria del Carmen, mas todos nós, os 63 deputados e deputadas, temos de nos irmanar para que o governo federal assine a autorização para que os R\$ 7 milhões que estão na conta da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia possam ser usados. São R\$ 7 milhões para os Pontos de Cultura que a secretaria não consegue usar, porque o governo federal está fazendo política mesquinha. Aliás, isso não é política, não. Isso é mesquinha, é perversidade; não assina para punir, para perseguir o governo do estado da Bahia.

Então, temos de fazer essa mobilização. As deputadas Lídice e Alice Portugal, o deputado Daniel, os deputados da nossa bancada – outros parlamentares também estão nessa luta, mas cito aqui alguns mais envolvidos com a pauta da cultura – estão fazendo um esforço importante.

Penso que a Assembleia deve corroborar com essa nossa indicação e exigir do governo federal que assine e libere esses R\$ 7 milhões. A cultura da Bahia agradece. E também está na PGE um pequeno edital de R\$ 500 mil voltados para a arte em tempos de coronavírus, que a secretária já encaminhou.

Então, são elementos importantes para “coesionar” esforços que garantam apoio à nossa arte, à nossa cultura. Até porque, sem cultura, a quarentena vai ficar mais depressiva, mais difícil de suportar.

É isso. Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidenta.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputada Olívia, me associo e me coloco à disposição para assinar, junto com V. Ex.<sup>a</sup> e com os demais deputados que quiserem, essa indicação ao governo federal.

Eu já tinha conhecimento desse processo, até ajudamos, em algum momento, para que isso pudesse caminhar. Como diz V. Ex.<sup>a</sup>, isso é perseguição à Bahia. Acho que os deputados que são da mesma visão ideológica do governo federal poderiam ajudar bastante. E devemos destacar que é um direito, já que esses recursos são da Bahia. Eles estão depositados na conta, mas precisam da autorização federal para a sua utilização.

E quero também lhe dizer, deputada Olívia, que me associo a todas as indicações que V. Ex.<sup>a</sup> fez e foram votadas ontem. Algumas delas aprovadas; outras, não. Quero parabenizá-la por sua preocupação em relação a essa questão da cultura, área importante em qualquer um dos estados brasileiros, mas na Bahia é de forma especial.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Sr.<sup>a</sup> Presidenta...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Diga.

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: É só uma última questão, rapidamente.

Vi o deputado Fabrício falar, com propriedade, sobre as mensalidades escolares. Mas quero chamar a atenção para as motoristas e os motoristas de transporte escolar. Essa atividade está parada; Deus sabe quando vai ser retomada.

São apenas cerca de trezentos que compõem uma associação, mas, na Bahia, devem ser de 2 a 3 mil pessoas que fazem essa atividade. Pois bem, eles pedem, imploram a remissão do IPVA e da licença para essa atividade, tendo em vista que não se encaixam no auxílio emergencial, já que muitos ganharam mais de 28 mil em o todo ano passado, e ficaram no limbo, no vácuo. Ou seja, não têm recurso, na medida em que não conseguem trabalhar na sua atividade nem conseguem acessar o auxílio emergencial.

Faço, então, este apelo ao secretário Manoel Vitorio e ao governador Rui Costa: olhem para essa categoria das motoristas e dos motoristas do transporte escolar. Se não puderem isentar completamente, estabeleçam, pelo menos, um plano para que eles possam pagar no futuro, porque não têm condições para isso hoje.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Possam parcelar esse débito. Ontem, também houve uma indicação...

A Sr.<sup>a</sup> Olívia Santana: Fiz a indicação...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): A indicação não foi essa ainda, mas para os transportes complementares. Em alguns municípios onde também não é possível fazer o transporte complementar, essas pessoas estão nessa mesma situação.

A indicação é para que seja negociada. Não é para a isenção, até porque isso é mais complexo. Mas, pelo menos, que seja suspensa a cobrança neste período, para parcelar mais adiante. E assim as pessoas possam atualizar a sua condição de trabalho.

Passo a palavra ao deputado Tiago Correia, que tinha feito a inscrição comigo, antes de fazer com Rita, pela internet. Em seguida, falarão os deputados José de Arimateia, Aderbal Caldas e, por último, a deputada Neusa Cadore. Acredito que o deputado Aderbal Caldas possa ceder para a deputada Neusa Cadore.

Deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Bom dia, presidente.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Bom dia. É um prazer enorme falar contigo.

Ernâni, por favor, a imagem ficou congelada com a deputada Olívia. A deputada é tão forte que até a imagem dela fica congelada nas nossas telas.

O Sr. Tiago Correia: Voltei, presidente?

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ainda não. Pelo menos para mim, não.

O Sr. Tiago Correia: Veja se já está o.k. aí.

(O Sr. Ernâni Romeo: É a internet, a comunicação. Por isso frisou a imagem do deputado.)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Agora é o deputado Tiago Correia, Ernâni.

O Sr. Tiago Correia: Já estou de volta, presidente?

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já está de volta, mas não estou te vendo ainda.

(O Sr. Ernâni Romeo: A voz está caindo.)

O Sr. Tiago Correia: Na verdade, entrou uma ligação telefônica aqui e acabou derrubando meu *link*, mas acho que já voltou aí.

(O Sr. Ernâni Romeo: A voz, sim, deputado.)

O Sr. Tiago Correia: E a imagem?

(O Sr. Ernâni Romeo: A imagem está parada.)

O Sr. Tiago Correia: Vou interromper o vídeo e voltar de novo, para ver se entra. (Pausa) Voltou?

(O Sr. Ernâni Romeo: Deixe-me olhar. Ainda não voltou, não.)

O Sr. Tiago Correia: Veja aí, Ernâni.

(O Sr. Ernâni Romeo: Estou acompanhando. Ainda não voltou, não, deputado. Só um instantinho. (Pausa) Voltou.)

O Sr. Tiago Correia: Voltou? Quero parabenizar Ernâni e toda a equipe técnica da Assembleia e da TV ALBA, que está aí fazendo com que a gente possa ser visto por toda a Bahia, viu, Ernâni? Vocês estão de parabéns pela dedicação, trabalhando meia-noite, respondendo nossas mensagens. Vocês nos representam.

(O Sr. Ernâni Romeo: Muito obrigado.)

O Sr. Tiago Correia: Presidente, é uma honra mais uma vez ser presidido por V. Ex.<sup>a</sup>. Mais uma vez a mulher na presidência desta Casa, demonstrando a importância que vocês têm não só em nossos lares, na sociedade, mas também no Parlamento baiano.

Mas, Sr.<sup>a</sup> Presidente, primeiro, eu queria parabenizar a deputada Ivana, deputado Fabrício Falcão, por esse projeto de lei que aprovamos hoje, estendendo a obrigatoriedade do uso de máscaras para todo o estado, reconhecendo a importância da utilização das máscaras no combate à disseminação desse vírus.

Queria me associar às palavras da deputada Fabíola Mansur e, agora, por fim, da deputada Olívia Santana, em defesa das pessoas que vivem da arte, principalmente dos músicos, mas não só deles. Esse debate tem que ser mais abrangente. Temos que imaginar que tem diversas pessoas que vivem da montagem de som, de palco, de iluminação. Essas pessoas estão totalmente paradas nesse momento, entendendo que a maioria deles não tem carteira assinada.

Existem aqui, em Salvador, associações de pessoas que vivem exclusivamente de fazer venda de ingresso na porta de eventos, são os famosos cambistas, que estão aí também sem ter nenhum tipo de renda neste momento. Então, esse debate da cultura é muito mais amplo, e acho que nós devemos nos debruçar sobre ele.

Existem grupos de músicos do Sul da Bahia reunidos, lá da região de Itamaraju, Teixeira, Porto Seguro, Eunápolis, que estão se mobilizando também, buscando alternativas, entendendo que muitos deles vivem do trabalho que realizam em bares,

em restaurantes, muitas vezes em eventos sociais, aniversários, casamentos, que estão, neste momento, impossibilitados de acontecer, privando essas pessoas totalmente da sua renda. Então, me associo totalmente ao discurso das colegas e dos demais colegas que estão lutando, defendendo essa bandeira.

Queria também, aqui, parabenizar o colega Alex da Piatã pela propositura do projeto de indicação que prevê a pensão vitalícia para membros de famílias de servidores públicos que foram acometidas pela Covid-19. Ontem também apresentei um projeto de indicação, até copiando um projeto que foi apresentado no estado de São Paulo, sugerindo ao governador que faça uma contratação em grupo de um seguro de vida para os agentes de saúde que estão diretamente envolvidos no combate à Covid-19, propondo pagamento de uma indenização de até R\$ 300 mil, não só pela morte, mas também por qualquer tipo de invalidez permanente, total ou parcial, para as famílias desses agentes.

Entendendo que, ontem, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia divulgou que já existem 203 profissionais em nosso estado acometidos pela Covid-19. Em São Paulo esse número é gigantesco. Os relatos dos grupos médicos são os piores. Realmente eles demonstram, muitas vezes, o pavor de estar trabalhando em meio à Covid-19. As famílias muito preocupadas, muitas dessas famílias privadas do contato com seus familiares que trabalham, justamente para evitar a disseminação. Então, é preciso dar, neste momento, todo conforto aos profissionais da saúde.

Apresentei, ontem, esse projeto de indicação. Também peço ajuda aos colegas para que nós possamos encaminhar o mais rápido ao governo do estado, para que o governador, caso resolva, assuma essa contratação desse seguro de vida sem ônus nenhum aos servidores da saúde. Seria ônus exclusivo do governo do estado esse seguro de saúde. Lembrando, de cabeça, rememoro três profissionais que já vieram a óbito: um em Ipiaú, que era um estudante inclusive de enfermagem, mas trabalhava num hospital de Ipiaú como administrativo; uma enfermeira, no município de Uruçuca; e, aqui em Salvador, um enfermeiro que trabalhava nas Obras Sociais Irmã Dulce também veio a óbito. Só de cabeça, já me lembro aqui de três profissionais de saúde. Infelizmente, essa doença tem acometido, principalmente, essas pessoas.

Então, peço aí o apoio dos pares. Eu queria agradecer, presidente, mais uma vez, por ter tido a oportunidade de fazer uso da palavra e mandar um abraço a todos os colegas. A saudade é grande e, muito em breve, estaremos aí na nossa Casa, podendo abraçar todos vocês.

Então, um grande abraço aí. Parabéns. E um beijo aqui para Ivana, que está embaixo na minha tela, me olhando, lá em Guanambi. Beijo grande, viu, Ivana? Abraço a todos.

Olha o coração para Ivana, aí! E para todos vocês, para todos os colegas.

A presidente não voltou, acho que vou continuar aqui fazendo uso da palavra. Acho que tinha mais um inscrito, presidente.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ainda temos dois.

O Sr. Tiago Correia: Depois de mim é José de Arimateia...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): José de Arimateia, depois Neusa e depois Aderbal.

O Sr. Tiago Correia: Pronto. Vamos dar prosseguimento.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): José de Arimateia com a palavra. Eu não vi o José de Arimateia aqui. Deputado José de Arimateia, V. Ex.<sup>a</sup> com a palavra.

O Sr. José de Arimateia: Bom dia, deputada Maria del Carmen, presidenta...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Bom dia, deputado.

O Sr. José de Arimateia: (...) bom dia, Srs. Deputados. É um prazer imenso ver vocês, mesmo à distância e, ao mesmo tempo, cumprindo essa prisão domiciliar, mas faz parte da prevenção.

É importante esse projeto que foi aprovado hoje por nós, mostrando para a sociedade a responsabilidade que nós temos. Mas, deputada, eu tenho aqui três assuntos importantes para levar ao conhecimento dos Srs. Deputados. Aliás, um eu creio que já é do conhecimento de V. Ex.<sup>as</sup>. Nesses decretos que estamos aprovando, foi aprovado o Decreto nº 167/2020, lá da cidade de Luís Eduardo Magalhães. E nesse decreto o prefeito tinha colocado...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Decreto, deputado? Ah, o decreto de calamidade.

O Sr. José de Arimateia: O que a Assembleia votou, a Assembleia votou. O decreto de calamidade. Exatamente.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É o projeto legislativo...

O Sr. José de Arimateia: Isso. Então, esse projeto foi aprovado e a cidade de Luís Eduardo Magalhães, segundo os dados do IBGE, de 2019, ela é uma cidade com 87.519 habitantes. E no decreto, nesse decreto... O prefeito baixou um decreto lá no município, dizendo que esse decreto, o de estado de calamidade pública, era até o mês de dezembro.

E, pela lei, diz o seguinte: que é de 90 dias, o decreto, para até 100 mil habitantes. O prefeito colocou a estatística de habitantes da cidade de Luís Eduardo Magalhães de 200 mil habitantes. Luís Eduardo Magalhães não tem 200 mil habitantes. Luís Eduardo Magalhães, segundo dados do IBGE, possui 87.519 habitantes. Então, o decreto só pode ser de 90 dias, só pode ser de 90 dias. Até dezembro... O prefeito da forma que ele colocou, dizendo que são 200 mil habitantes... Não são 200 mil habitantes. Então, essa observação precisa ser revista pela Assembleia, também mantendo contato com o próprio prefeito. Ele está equivocado!

Outra coisa, deputada, que é de suma importância – já que passamos de 40 dias dessa pandemia e nós estamos observando que o governo está preocupado, como é uma preocupação de todos, com a questão financeira – é que o governo do estado encaminhe a esta Casa o secretário da Fazenda para poder dar explicações de como está a saúde financeira do estado da Bahia. Dentro disso, que também venha a registrar quantos milhões o governo federal já enviou para o estado da Bahia. Isso



precisa ser colocado! Além disso, quais ajudas financeiras o governo do estado recebeu? Ou seja, nós, parlamentares, o nosso dever é fiscalizar. Nós temos que saber.

O governo está falando muito a respeito dos gastos, mas só... E o que é que o governo está recebendo? Como é que está a situação financeira do governo do estado Bahia? Isso (interferência na conexão) para a população. Entendeu? Esse é o segundo ponto.

E o terceiro, para concluir: o Senado Federal, ontem (interferência na conexão) senadores, que já vão voltar as atividades normais no Senado e nas comissões, com o uso da máscara. Já que nós aprovamos, hoje, que todo cidadão baiano tem que usar máscara, eu acho que é de suma importância as atividades da Assembleia retornarem, com as observações dentro da segurança. Ou seja, o uso da máscara, as comissões podem funcionar sem precisar ter o número de... sem obedecer o número de pessoas, tudo isso. Eu acho que o Senado já vai voltar, provavelmente na primeira semana de maio, primeira semana de maio. E fazendo uma observação também, dentro desse funcionamento, que os deputados que estão em risco, na área de risco, que possam ter também as suas observações, no sentido de prevenção.

Então, eu gostaria de deixar esses três assuntos. Primeiro: sobre essa questão do decreto de Luís Eduardo Magalhães, que está até dezembro e não pode, porque a cidade não tem 200 mil habitantes. Segundo: o secretário da Fazenda vir a esta Casa para, na próxima semana, se for possível, dar essas explicações com respeito à saúde econômica do estado da Bahia. E terceiro: o retorno do funcionamento da Casa, no sentido das prevenções com máscaras etc. etc.

Então era isso que eu gostaria de deixar aqui aos Srs. Deputados e agradecer a participação. Que Deus abençoe a Bahia e que Deus abençoe o Brasil.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É, eu creio que V. Ex.<sup>a</sup> traz três temas para a análise e discussão dentro da Mesa Diretora: como será o procedimento com relação à questão de Luís Eduardo e esse equívoco acontecido, em que V. Ex.<sup>a</sup> coloca aqui os dados e os números. Precisa, de fato, ser orientado e verificar se algum outro município também tem o mesmo problema.

Com relação à situação e à vinda do secretário, por ora, nós ainda estamos em processo e, portanto, o secretário não poderia estar presente, já que nós ainda estamos em quarentena. Com relação ao prazo, eu acho que essa é uma decisão que tem que ser debatida na Mesa Diretora, até porque nós temos visões diferentes sobre o confinamento. Nós consideramos e temos ouvido, quer dizer, nós, eu, pessoalmente, a minha posição é de que as únicas ações que de fato são importantes e que precisam ser feitas, duas ações importantes que preservam a vida das pessoas, não só a nossa, mas dos demais, é ficar no isolamento e utilizar a máscara se for indispensável a saída.

Portanto, eu acho que é um debate que ainda... eu diria que é um debate quase que ideológico. Não sei se ao trabalhar a saúde, você considera o processo ideológico acima do desejo da preservação da vida, do desejo, não, da necessidade, da importância da preservação da vida. Então, acho que esse é um debate ainda de caráter mais amplo, porque quando o nosso presidente da República considera que

não é necessário nem utilizar a máscara e também não fazer isolamento, é complexa essa posição. Mas eu passarei as informações que V. Ex.<sup>a</sup> traz e as suas dúvidas e colocações para o presidente da Casa, que é quem coordena e preside a Mesa Diretora.

Com a palavra, a deputada Neusa Cadore. Deputada Neusa Cadore, prazer em vê-la.

A Sr.<sup>a</sup> Neusa Lula Cadore: Também muito, muito prazer em vê-la na presidência desta sessão. Saudade, sim, de você, da nossa bancada feminina, dos nossos companheiros. Quero saudar a todos e todas. Você está me ouvindo, Maria?

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Estou, sim. É que agora que eu estava vendo Tiago. Não conseguia vê-lo. Ele não aparecia aqui no meu vídeo. Pode continuar, deputada Neusa.

A Sr.<sup>a</sup> Neusa Lula Cadore: Eu quero destacar a importância das falas de vários deputados e deputadas se referindo à problemática dos trabalhadores. Mais uma vez, fazer uma saudação e mandar muita energia para os profissionais da saúde, mas também dizer que, como a gente está chegando no dia 1º de maio, é um momento em que chama a atenção a situação de precarização que se acentuou. Aliás, no Brasil, a gente já vinha em um cenário de mais de 13 milhões de desempregados, numa situação em que uns 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras estão no mercado informal, e a necessidade de isolamento social acabou agravando muito esta situação.

Então, considerando que, na sexta-feira, é dia 1º de maio, uma data que, no Brasil, desde 1925, é um dia de muita mobilização, de muita luta, de muita denúncia, muita articulação e eu quero saudar especialmente as centrais sindicais que neste ano, deputada presidenta, não vão poder ir para as ruas, mas certamente as centrais estão articuladas e estão aí mobilizadas, se articulando com deputados, com senadores e buscando, cobrando medidas de proteção ao emprego neste momento em que a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência tanto afetaram os direitos da classe trabalhadora.

Então, eu queria saudar toda essa luta, mandar, assim, a nossa mensagem de esperança, a importância da resistência e também levar ao conhecimento de todos que estão nos ouvindo, convidar todos que estão neste momento sintonizados com a *TV Assembleia*, que no dia 1º de maio, além das atividades todas, usando a tecnologia, as redes sociais, em Salvador vai acontecer também um ato que tem a iniciativa das centrais sindicais e do Comitê Solidário e Popular, que junta aí mais de 80 entidades, agregado também pelos artistas, por várias categorias, e quero aqui fazer um convite, porque neste momento de tanta dificuldade, de perda de emprego, de pessoas que perderam parte da sua renda, pessoas que não têm renda nenhuma e a necessidade de muita gente ter que ter o recurso da cesta básica.

Então, lá no Parque de Exposições, dia 1º de maio, o comitê e as centrais estão organizando uma atividade que começa às 9 e vai até as 17 horas, com a finalidade de receber gêneros alimentícios, material de limpeza, que depois serão distribuídos para tanta gente que nós sabemos que está precisando. Vai ser no sistema de *drive thru*, ninguém vai ter que sair do carro, ninguém vai ter que desobedecer essa recomendação tão importante da proteção, mas todos serão muito bem-vindos. E o

tema dessa campanha é: “Somos todos comitê, juntos em uma rede de afetos.” Então divulguem essa ideia, quem puder passe lá, e é assim, com resistência, com solidariedade, que, juntos, nós vamos atravessar esta crise. Muito obrigada.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, o deputado Aderbal Caldas. E, por último, falará o deputado Zé Raimundo que me solicitou inscrição para esclarecer a situação do decreto de calamidade pública de Luís Eduardo.

Então, com a palavra...

Ernâni, eu estou sem imagem, só tenho som, sem imagem.

Deputado Aderbal Caldas. Agora voltou. Deputado Aderbal. O deputado Aderbal está sem som, Ernâni, por favor. Pelo menos para mim, ele está sem som.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Voltou o som agora?

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, o deputado Aderbal. Está sim, agora estou ouvindo.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Bom dia, minha querida nobre presidente e todos os Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, é um prazer renovado vê-los, mesmo a distância, rever os meus queridos colegas.

Bom, eu vou ser sucinto no que eu ia falar, demoraria mais, então, eu quero pôr aqui alguma coisa que me preocupa. A minha grande preocupação é o epicentro desta pandemia estar em São Paulo, na cidade de São Paulo, se ela estivesse em Porto Alegre, em Curitiba, seria difícil chegar uma pessoa dessas cidades aqui, mas de São Paulo chega em todos os municípios do Brasil, em todas as povoações chegam, permanentemente, pessoas vindas, oriundas do epicentro, de São Paulo. Então, se pudesse aí, o governo do Estado criar um obstáculo para essa vinda abundante dessas pessoas, ou cada um que chegasse fosse examinado e submetido a uma quarentena, porque essa vinda de pessoas de São Paulo fica alimentando, permanentemente, em todo o Brasil. Em todos os municípios brasileiros chegam pessoas de São Paulo.

Outra coisa aqui é que com as boas intenções do governador, do prefeito da capital, tem coisa que é feita com boa intenção e tem efeito contraproducente. Por exemplo, a redução do número de ônibus, de transporte coletivo, é prejudicial, porque quanto menos transporte mais eles serão superlotados, se tivesse um número normal eles andavam, com certeza, mais vazios.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Parece que tem um número.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Por exemplo, a abertura do comércio, que se fala em abrir algum setor do comércio por três ou quatro horas, quanto menos tempo pior, porque vão todos naquele mesmo horário. Ou não abre, ou, se abre, abre o dia todo, para que o povo vá lentamente e não todos ao mesmo tempo.

Então, são preocupações que eu tenho que são lógicas, são coisas de efeito contraproducente: se abre por pouco tempo, o número de pessoas que comparecem ao mesmo tempo, concorre para aglomeração, do mesmo modo que a redução do número de transporte coletivo concorre para que esses transportes andem

superlotados. Era melhor que tivesse um número normal, porque as pessoas compareceriam mais lentamente, evitando a superlotação.

E, repito, que esse problema do epicentro da pandemia que está São Paulo, é um perigo, porque vem gente de São Paulo para todos os municípios brasileiros todos os dias.

E quanto ao recomeço das sessões presenciais, eu acho que não devemos ter, porque o perigo continua. Até mesmo o uso das máscaras, que é muito bom, é o que é mais recomendado, ela não evita 100%, 90 e tantos por cento, porque a contaminação se dá através da boca, do nariz e dos olhos. A máscara cobre o nariz e a boca, não cobre os olhos, então, evita 90 e tantos por cento, mas não é 100%. Então, o melhor mesmo é o isolamento, é o isolamento!

E raciocine, pense que o transporte reduzindo o número percentual de ônibus rodando, eles rodarão mais cheios; se abrir setor do comércio por poucas horas, todos vão comparecer ao mesmo tempo. É melhor não abrir, ou, se abrir, que seja pelo dia todo, para que o povo se disperse e não compareçam todos ao mesmo tempo.

Bom, quero encerrar agradecendo a oportunidade de ser ouvido e pedindo a Deus, nós todos em conjunto, que Deus nos imunize a todos nós contra esse coronavírus. Que Deus nos imunize e nos livre de sermos contagiados e de contagiarmos os nossos semelhantes.

Um abraço e muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidenta. E tenham todos um bom dia, felicidade e paz.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Um abraço, deputado Aderbal, prazer em falar contigo, vê-lo. Aqui a gente não só fala, como consegue ver os colegas, mata um pouco a saudade que sentimos de cada um de vocês.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo, para esclarecer a situação do projeto de lei de calamidade pública para o município Luís Eduardo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr.<sup>a</sup> Presidente, só para fazer um enquadramento, se a senhora puder recuar um pouquinho...

(A Sr.<sup>a</sup> Presidenta ajusta o enquadramento do vídeo.)

Isso estou vendo mais agora. Estava com um zoom muito fechado. (Risos)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Você conhece isso muito bem. Por sinal, quero registrar a sua elegância. Todas as vezes em que tem sessão, está numa elegância impecável!

O Sr. Zé Raimundo Lula: Isso aqui é porque eu bato foto no trabalho para divulgar. Então, eu não posso sair... E também para psicologicamente me convencer de que eu estou trabalhando, tem isso também. (Risos)

Mas, presidenta, só rapidinho, antes de entrar nesse assunto, eu quero dizer algo ao nobre colega Aderbal Caldas. Aliás, da família dele tem o Maurício Barreto, o Dr. Maurício está no comitê científico, junto com o Miguel Nicolelis, ajudando o Consórcio do Nordeste. O Dr. Maurício, junto com a professora Adélia e o Dr. Roberto Badaró, compõe a representação da Bahia. O Dr. Maurício Barreto, que é irmão de Osvaldo Barreto, é um dos grandes cientistas da Bahia, médico sanitário,

pesquisador, referência internacional durante muitos anos. Parabenizar essa família de cultura sertaneja, que é do nosso querido mestre Aderbal. E dizer – viu Aderbal? – que, aqui em Conquista, vários casos vieram de São Paulo, mas, graças ao trabalho da vigilância sanitária, aqui o pessoal está abordando os carros quando chegam, os ônibus, para poder conter isso. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Inclusive, um óbito que ocorreu em Mirante foi oriundo de São Paulo. A paciente foi fazer um tratamento médico e, quando ela voltou, estava contaminada com o coronavírus, manifestação da Covid-19, e infelizmente foi a óbito aqui em Vitória da Conquista.

Mas há um outro assunto, Sr.<sup>a</sup> Presidenta. Na verdade, eu não tenho essa condição de esclarecer, mas, por coincidência, uns amigos meus – eu queria me dirigir ao deputado José de Arimateia –, uns amigos meus lá de Luís Eduardo, entrevistando, discutindo esse tema, me perguntaram isto: “O que foi que ocorreu?” Nós aprovamos na Assembleia Legislativa que os municípios acima de 100 mil habitantes teriam o prazo até dezembro; e que os municípios com menos de 100 mil habitantes, 3 meses. Na verdade, foi uma das primeiras votações nossas no início. Talvez, se houvesse uma discussão mais aprofundada, nós não teríamos feito essa secção, porque o estado de calamidade pública, gente, é para a Lei de Responsabilidade Fiscal, o art. 65, são os índices de cumprimento de pessoal e os prazos, são as metas fiscais, uma coisa fiscal, fiscal. E o efeito desta crise aí, ela vai perdurar até dezembro, porque só em dezembro é que a gente vai apurar os índices de pessoal, metas fiscais, endividamento e assim por diante. Diferente da situação de emergência, que é para resolver problemas gerenciais e administrativos dos municípios.

Mas, de qualquer sorte, eu comuniquei esse fato – viu, José de Arimateia? Colega, prezado deputado, sempre atencioso e vigilante –, eu comuniquei esse fato ao presidente da ALBA, mandei, inclusive, o decreto do prefeito de Luís Eduardo, que no dia seguinte... Eu imagino até que ele tenha solicitado até dezembro, e nós aprovamos 3 meses. Provavelmente ele decretou sem esperar o resultado da Assembleia, mas eu comuniquei esse fato ao presidente Nelson Leal para que ele notifique à deputada Jusmari e também ao próprio prefeito de Luís Eduardo, para poder esclarecer.

E seria bom, nobre deputada Maria del Carmen, que a Mesa apurasse, originalmente solicitar até da secretaria para saber se os decretos saíram de acordo, mais ou menos, com o que foi pedido. Que os municípios que pediram 6 meses e tiveram o prazo reduzido para 3 meses fossem comunicados, porque pode haver uma confusão aí e os municípios rolarem.

Era essa a minha intervenção e muito obrigado pela atenção de todos. Fiquei aqui, porque estou sempre aprendendo. É sempre bom a gente ouvir os colegas, porque a gente sempre aprende. E, mais uma vez, nesta manhã, tivemos aí momentos importantes do debate sobre o Parlamento.

Muito obrigado a todos.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Agradecer, deputado Zé Raimundo, pela sua contribuição. Passarei esse tema ao presidente da Casa, para que

a gente analise, já solicitando, se tem alguém ainda do cerimonial, que peça para a secretaria analisar a situação desses decretos: se tem outros casos parecidos com esse, em que o prefeito tenha feito um pedido e nós tenhamos atendido de outra forma em função dos limites que nós tínhamos estabelecido, que a Assembleia tinha estabelecido, para que a gente possa ver como encontrar a saída e a solução do problema.

Eu quero dizer ao deputado Aderbal, que acabou de sair, que ontem eu tomei conhecimento de que, em Sátiro Dias, que está ali muito pertinho da região onde ele trabalha... E a gente também tem uma presença lá no município de Sátiro Dias...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Limítrofe com Olindina.

O Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tomei conhecimento de que uma pessoa que veio de fora – eu não sei se veio de São Paulo, mas deve ter sido de São Paulo – já contaminou 50 pessoas lá. Eles estão com uma preocupação enorme, porque é uma cidade muito pequena e tem uma um contato aí de pelo menos 50 pessoas, não sabemos quantas. Eles estavam me pedindo que tentasse intermediar a questão do teste; o que está sendo muito difícil, porque estão priorizando o pessoal da saúde.

Eu queria, só para já concluir, já encerrar a nossa sessão, registrar ainda os resistentes, que são o deputado Zé Raimundo; o deputado Aderbal, o deputado José de Arimateia; o deputado Hilton Coelho, aí presente ainda. Deixem-me ver se tem mais algum deputado presente ainda. Tiago Correia: agradecer a sua presença, Tiago, até o final; deputado Marquinho Viana; a deputada Fátima Nunes: que saudade de você, deputada; a deputada Olivia Santana; o deputado Euclides Fernandes – já saiu o deputado Euclides Fernandes; Jurandy Oliveira: um abraço, Jurandy. As minhas duas queridas amigas também – as três mulheres, mais uma vez. As quatro, não é? Porque a deputada Neusa estava até esse instantinho aqui, ficando até o final, prestigiando. Quatro não: cinco. Nós três, a deputada Fátima, que está aí presente ainda, a deputada Olívia, a deputada Neusa, que acabou...

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Deputada Maria del Carmen...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Diga, deputada Ivana. Diga... diga, deputada Ivana.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Rapidamente, antes de a senhora encerrar a sessão, esse assunto que falaram aí de Luís Eduardo nós discutimos ontem na reunião da Mesa Diretora.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu já tinha saído.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: E a explicação que Nelson Leal deu foi a seguinte: “Este decreto, que nós estamos votando na Assembleia Legislativa, nós votamos por 3 meses; se preciso for, será prorrogado.” Certo? Pelo tempo necessário. Esse decreto é sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. O decreto que é votado pelo município, pelo prefeito, esse é para recebimento de projetos federais. Certo?

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Decreto de estado de calamidade.



A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Um não anula o outro. E eu ainda questionei o seguinte: “É legal?” “É legal.” Foi essa a informação que nos deram ontem. Certo, deputado Zé Raimundo? O senhor, que é o nosso mestre aí...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ele acabou de sair.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: E a imprensa ainda questionou nós fazermos parte da CCJ, e o presidente Nelson Leal nos disse que o nosso, da Assembleia Legislativa, é para o remanejamento de verbas, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Você tem “x” para tal área, você precisa jogar “x” para a saúde, para o combate à Covid-19. E o do prefeito é em relação a projetos federais...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É, são em realidade...

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Esse questionamento que o deputado José de Arimateia fez me fez também a imprensa de Luís Eduardo. E foi isso o que a Assembleia nos respondeu.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Mas a minha dúvida, com relação a isso, não é... Eu entendo, e o deputado Zé Raimundo tem insistido constantemente em observar para todos nós que os decretos são para duas finalidades. O que a gente aprova é com a finalidade de evitar que, com as mudanças que sejam necessárias, que o prefeito terá que fazer, modificando a utilização dos recursos, das dotações orçamentárias, dos recursos, fazendo mudanças nesse processo... E é diferente do outro, que é para que o próprio governo do estado ou o governo federal possam adquirir produtos, ter diferença na questão do tratamento das licitações, das contratações especiais, emergenciais e também do recebimento de recursos do governo federal ou do próprio governo do estado para um determinado município.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Perfeito. Bem esclarecido.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ele cria possibilidades de agilizar o processo. Como cada vez em que há uma grande enchente, um grande deslizamento de terra, que a gente pode fazer.

Agora, a minha dúvida é: se nós autorizamos que o decreto legislativo de calamidade pública nosso é para 90 dias, o prefeito não poderia...

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Mas a gente pode prorrogar...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu sei, eu entendo.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: A gente pode prorrogar!

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Talvez o que a gente tenha que fazer é prorrogar todos os decretos legislativos, entendeu? Como já disse o deputado Zé Raimundo, é necessário... Só no final do ano, os prefeitos poderão verificar onde houve necessidade de se colocar mais recursos, onde houve necessidade de se fazer novas modificações.

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: Mas vai ser preciso o pedido de prorrogação do prefeito, do município...

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É... pois é isso...

A Sr.<sup>a</sup> Ivana Bastos: No município ainda está ativo o estado de calamidade. Vencendo, o município vai requerer – certo? –, pedir essa prorrogação, e aí também

vai ser um subsídio que nós vamos ter de ver: se ele está cumprindo a lei, como é que ele está trabalhando, tudo isso, para a gente poder renovar esse decreto.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Isso, isso. Eu creio que é importante que aconteça isso. Eu acho que há muita preocupação, inclusive de muitos deputados, vários deputados já comentaram comigo sobre a preocupação com a utilização desses recursos, sobre essa forma de atuar. Mas eu acho que poderemos discutir isso na Mesa Diretora mais uma vez, fazer uma discussão mais aprofundada e, se for o caso, convidar, inclusive, algum especialista da Casa nessa área de orçamento para que a gente possa ter mais clareza e segurança naquilo que a gente está fazendo.

Deputada Fátima, você está de máscara, algum problema? Com a palavra a deputada Fátima, pode abrir o som para a deputada Fátima.

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Nunes Lula: Bom dia, está me ouvindo?

O Sr. Zé Raimundo Lula: Mascarada, hein? (Risos)

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Agora estamos. Bom dia.

A Sr.<sup>a</sup> Fátima Nunes Lula: Eu quero saudar todos os colegas, saudar a presidenta, Maria del Carmen neste momento, dizer que há alguns dias eu tinha indicado ao nosso governador que pudesse ampliar a fabricação das máscaras nesses polos de costura que, no momento, estão paralisados porque não têm outras costuras para fazer.

Também observei umas carretas com máquinas que ficam em cada cidade, como aquele SAC, como aquele carro que faz as identidades... Que a gente pudesse ver, articular com as empresas que hoje estão com as suas carretas praticamente paralisadas para montar uma carreta de costura, com mais agilidade, para trabalhar na produção de máscaras nas cidades, sendo que a Bahia é um estado muito grande, com 417 municípios, e a gente precisa, de todas as formas, motivá-los.

Essa indicação estava aí na Mesa Diretora, não sei se foi aprovada ontem, mas a gente vai continuar conversando com o nosso governador, com as pessoas do gabinete de crise, porque a gente precisa.

E agora, com a lei... Eu parabenizo a deputada Ivana Bastos, o deputado Fabrício. Com todas as discussões e emendas que puderam ser observadas e acrescentadas pelo deputado Zé Raimundo, bem como por outros colegas, a gente agora tem, digamos assim, vários instrumentos legais, tanto dos prefeitos como do governador, como da nossa Assembleia Legislativa, para incentivar e quase que cobrar, às vezes até com multa – no caso, as prefeituras que multam –, que as pessoas usem as máscaras. Com o aumento do uso, naturalmente, vai se precisar de uma maior produção. Então, essa indicação está aí para o nosso governador.

Continuo também insistindo que em nosso Território Semiárido Nordeste II, que vai de Olindina até Paulo Afonso, nós não temos ainda nenhum equipamento de emergência para a Covid-19. E a gente insiste para que o nosso governador veja condições aqui no território e possa estabelecer alguma coisa dessa ordem. Estou confiante.

Preocupei-me, ontem, com Paulo Afonso, que aumentou em cinco, seis casos. Isso tudo deixa a gente um pouco mais tenso, mais preocupado, mas sempre acreditando na força da iluminação espiritual do nosso bom Deus. Que os cientistas descubram logo algo que possa amenizar a nossa situação.

Quero também reiterar as palavras dos deputados que observaram esse cenário crítico da política brasileira. Porque, se aqui, na Bahia, se os governadores do Nordeste – o nosso governador Rui Costa tem demonstrado isso à frente do consórcio – têm trabalhado insistentemente para adotar todas as condições de apoio, de aumento dos mecanismos de controle, mas também de atendimento, se aqui, no Nordeste, nós estamos vendo isso, estamos assistindo lá, em Brasília, à crueldade de um presidente que exonera um ministro e coloca outro, mas que até agora não disse para que veio em relação à Covid-19.

É uma situação crítica a que nós estamos vivendo em nosso país. Como o povo que luta, o povo que quer justiça, o povo que quer bem social – somos uma boa parte deles e delas – está na quarentena, sem poder sair de casa, sem poder fazer manifestação nenhuma, a gente ainda assiste àqueles loucos fazerem manifestação, de verde e amarelo, lá em Brasília, quebrando todas as regras da Organização Mundial de Saúde.

Então, eu estou aqui, digamos assim, sempre muito preocupada, contribuindo com a discussão na Assembleia, votando nos projetos que são de autoria do governador e dos deputados, que vêm do favorecimento à população neste momento crítico, e também indicando ao nosso governador, levantando as preocupações e as iniciativas para melhorar em alguns territórios, como é o nosso Território Semiárido Nordeste II.

Eu também tenho solicitado... Porque agora é tempo de inverno, é tempo de plantação. Então, se a nossa Secretaria de Desenvolvimento Rural, junto com a Secretaria de Agricultura, pudesse trazer para os nossos agricultores aqueles equipamentos que estão lá no pátio da antiga EBDA, para entregar mais rapidamente, e a gente pudesse também distribuir uma quantidade de sementes para o plantio... Eu tenho indicado tudo isso, mandado ofício, recado, WhatsApp, porque eu sei que essa economia do Brasil se levantará com a agricultura, porque, mesmo que a gente não tenha as fábricas industrializando, nós teremos o povo plantando, colhendo e distribuindo nos mercados. Se o campo não planta, a cidade não janta.

Temos que estar sempre atentos também a essas iniciativas dos agricultores, que estão sem renda, mas têm uma possibilidade de trabalhar na sua agricultura e melhorar o quadro econômico do nosso país.

Muito obrigada, deputada, tenha um bom-dia, uma boa semana.

A Sr.<sup>a</sup> PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Forte abraço, saudade de você, da sua fala sempre forte e importante na defesa dos nossos cidadãos.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, encerramos a presente sessão. Obrigada pela presença de todos vocês até o final. Forte abraço e que possamos nos encontrar rapidamente.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.*